A REPRESSÃO ÀS TRABALHADORAS DO SEXO E A AÇÃO DO MOVIMENTO NINHO DURANTE A DITADURA NO CEARÁ
(CEARÁ, 1964 – 1985)

Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo[1]

Resumo

A ditadura civil-militar brasileira baseava-se na Doutrina de Segurança Nacional, a qual tinha como foco o combate ao inimigo interno (comunistas, estudantes, intelectuais, prostitutas, feministas, movimentos sociais). As prostitutas, os homossexuais e travestis, foram um desses alvos do regime sofrendo forte repressão do sistema autoritário baseado numa moralidade cristã ambígua. Muitas prostitutas sofreram torturas, estupros, algumas foram até mesmo mortas, outras foram impedidas de trabalhar sofrendo perseguição e prisões constantes. Diante do desamparo da população pobre e dessa perseguição aos que fugiam dos padrões morais impostos, surge não só no Brasil, mas em toda a América Latina uma Igreja progressista de resistência a partir das ações de Pastorais Sociais, como o "Ninho Cearense" que inicia seu trabalho em Fortaleza com o baixo meretrício, nas regiões em que se empreendeu o "desfavelamento", realizando um trabalho de amparo e formação. Quer-se, portanto, analisar a atuação da ala progressista da Igreja Católica no Ceará na resistência ao regime ditatorial através das ações do "Ninho Cearense" com as trabalhadoras do sexo no período.

Palavras-Chave: Ninho Cearense; Prostituição; Ditadura Civil-Militar.

[1]Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da Bolsa de Formação Acadêmica da FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6073326016967235. E-mail: taynara.mirelle.araujo@gmail.com

Abstract

The Brazilian civil-military dictatorship was based on the Doctrine of National Security, which focused on combating the internal enemy (communists, students, intellectuals, prostitutes, feminists, social movements). Prostitutes, homosexuals and transvestites, were one of those targets of the regime suffering strong repression from the authoritarian system based on an ambiguous Christian morality. Many prostitutes suffered torture, rape, some were even killed, and others were prevented from working under constant harassment and imprisonment. Faced with the helplessness of the poor population and this persecution of those fleeing the imposed moral standards, a progressive Church of resistance emerges not only in Brazil, but throughout Latin America, based on the actions of Social Pastorals, such as the "Ninho Cearense" that begins his work in Fortaleza with the poor prostitutes, in the regions where the "unfamiliarity" was undertaken, carrying out a work of protection and training. Therefore, we want to analyze the role of the progressive wing of the Catholic Church in Ceará in resisting the dictatorial regime through the actions of "Ninho Cearense" with sex workers in the period.

Keywords: Ninho Cearense; Prostitution; Civil-Military Dictatorship.

Introdução

A questão da moralidade foi um dos pilares do regime ditatorial, já que inserida na Doutrina de Segurança Nacional como basilar para segurança interna da nação tanto quanto questões políticas e econômicas. Não só a militância de esquerda tinha seus passos seguidos e reprimidos, mas todo um setor de pessoas que se encontravam à margem desses ideais da moral e dos bons costumes pregado pelos militares e pelo setor mais conservador da Igreja Católica. Um desses sujeitos criminalizados era a prostituta, entendida como degenerada, transgressora e subversiva, sendo reprimida de diversas formas por conta da sua sexualidade desviante do padrão de mulher "recatada e do lar". Essas mulheres encontraram no regime preconceito e opressão, mas também acolhimento no seio progressista da Igreja e dos movimentos de mulheres. Um desses setores era o "Ninho Cearense", que realizava um trabalho de formação e promoção de

cidadania para essas mulheres marginalizadas, trilhando com elas um caminho de libertação mesmo durante o regime de exceção instaurado no pais.

Tem-se, portanto, como objetivo principal deste artigo, compreender como se dava a ação do Ninho Cearense e da Pastoral da Mulher Marginalizada com as prostitutas nos embates com a ditadura, entre os anos de 1964 e 1985, usando como fontes: fichas de matrícula, prontuários de visitas, entrevistas e manifestos. Como metodologia, o artigo utilizará como principais fontes as fichas de matrícula dos cursos ofertados pelo Ninho Cearense e os prontuários de visita as zonas do Arraial Moura Brasil e do Farol do Mucuripe, para fazer uma análise sobre a relação entre as prostitutas e as agentes do Ninho, e a influência dos ideais da Teologia da Libertação e da Teologia Feminista nas ações desse Movimento. Assim como, tentar compreender através destas fontes e de fontes secundárias os embates do Ninho e de outros movimentos e setores marginalizados com os agentes do regime.

O artigo se dividirá em quatro tópicos. O primeiro tópico - **O Baixo Meretrício e a Ação Estatal: A Lei de Segurança Nacional** – fará uma análise mais geral sobre a Doutrina de Segurança Nacional e a questão da moralidade como um dos pontos centrais do regime, assim como a compreensão da extensão da repressão e do modelo diferenciado desta direcionada às mulheres. O segundo tópico – **A Igreja Progressista e o "bispo das prostitutas"**- trará uma análise sobre os diferentes posicionamentos de setores da Igreja ao longo do regime e sobre o seu envolvimento aberto com este. Assim como, sobre os conflitos abertos e velados entre os diferentes setores nos momentos de acirramento de pensamentos e ações por parte dos agentes do regime ou de seus opositores. Assim como se fará uma análise sobre a atuação do campo progressista da Igreja nas ações de combate a segregação e a perseguição de pessoas nas comunidades mais pobres, trazendo os pontos específicos da influência da Teologia da Libertação com o exemplo da atuação da Diocese de Crateús. O terceiro tópico – **Prostituição e o Ninho Cearense** - trará uma reflexão sobre a visão dos diversos campos da Igreja no período sobre prostituição/prostitutas, assim como será feita uma análise mais direcionada sobre a atuação do Ninho Cearense no meio prostitucional de Fortaleza. E o último tópico - **A Teologia Feminista e os Movimentos de Mulheres** - trará uma reflexão a respeito da influência da Teologia Feminista na formação de uma Igreja libertária apesar de, ou em determinados casos, por conta de regimes autoritários pelo Cone Sul. Assim como sobre a articulação entre movimentos de mulheres diversos e as agentes do Ninho Cearense na luta por uma sociedade democrática e igualitária. Serão feitas nesses tópicos esclarecimentos sobre o pensamento tanto do Estado como da Igreja sobre a prostituição e suas

ações diante desse quadro, assim como uma análise do trabalho do Ninho nas zonas do baixo meretrício como um elemento transgressor à ordem e aos ideais de moralidade do período.

O Baixo Meretrício e a Ação Estatal: A Lei de Segurança Nacional

Entre as décadas de 1960 e 1970 vários países da América Latina sofreram golpes militares e viveram sob regimes ditatoriais. Em 1964 foi derrubado no Brasil o presidente João Goulart e instalada uma ditadura que duraria 21 anos. Assim como no Uruguai e no Chile, em 1973, e em 1976 na Argentina, militares apoiados pelos Estados Unidos derrubaram presidentes eleitos democraticamente e instalaram regimes de exceção com graves violações de direitos humanos e uma orientação política de direita.

Em 9 de abril de 1964, é lançado o Ato Institucional n°1, onde se confirma a vitória do movimento militar que derrubara o governo democrático de João Goulart com um discurso de salvação da Nação de um possível domínio comunista:

> "À NAÇÃO
> [...] Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la apenas na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. (BRASIL, 2014: 94 / 95)

Percebe-se nesse Ato Institucional a base ideológica do golpe de Estado e o que viria a ser também o mote para as ações no regime de exceção: a Doutrina de Segurança Nacional. Essa doutrina tinha como foco o combate ao inimigo interno (comunistas, estudantes, prostitutas, movimentos sociais) que na visão dos militares estavam tentando "bolchevizar o País". Sendo suas ações em grande medida defendidas como medidas para "drenar o bolsão comunista".

Segundo o historiador Carlos Fico, a partir da análise da documentação da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) pode-se ver também a permanente preocupação da ditadura em controlar publicações e falas contrárias à moral e aos bons costumes, proibidas "por estimularem a licença, insinuar o amor livre e ameaçar destruir os valores morais da sociedade brasileira".[2] Sendo um desses documentos emblemáticos dessa corrida moral, o documento *Em Defesa da Moral e dos Bons Costumes*[3], de autoria do Ministro da Justiça no governo do general Médici, Alfredo Buzaid. Publicado em 1970 pelo Departamento de Imprensa Nacional, este documento procurava justificar legalmente a censura como instrumento para barrar a ameaça comunista aos ideais da família tradicional brasileira.

Segundo o discurso da Escola Superior de Guerra, as liberdades individuais, as novas formas da juventude de relacionar-se afetiva e sexualmente eram uma grande ameaça ao regime, ao modelo de sociedade pregado por este, havendo uma defesa aberta do regime ao sistema patriarcal:

> "O ambiente, de modo geral, não é favorável à família. A imoralidade dos costumes numa sociedade permissiva, a exaltação do divórcio, a prática do aborto. A instabilidade da família é acoroçoada pela concepção hedonista segundo a qual um número sempre maior de jovens nubentes vê no casamento não uma responsabilidade, mas apenas uma oportunidade de prazer. Pouco depois arrefece o amor sensual, vem a ruptura e cada cônjuge vai tentar novas aventuras votadas todas ao mesmo fracasso porque inspiradas na mesma concepção. E fala-se abertamente e tranquilamente em novo casamento. Demais a mais a família atravessa uma crise peculiar a países em desenvolvimento, perde a proteção emocional, afetiva e econômica que encontrava no sistema patriarcal, em dissolução, e não recebe da sociedade os substitutivos que a poderiam ajudar no desenvolvimento das suas funções. Assim, tende a diminuir de dimensão e a perder a estabilidade." (BRASIL/ESG, 1975b: 13).

[2]BRASIL. Decreto-lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970.
[3]BUZAID, Alfredo. Em defesa da moral e dos bons costumes. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

Durante esse período, os ideólogos da Ditadura ampliaram o raciocínio sobre os perigos da sexualidade livre e da homoafetividade, associando-as a um submundo dos tidos como degenerados que para o regime também representavam uma ameaça à segurança nacional, já que entendidos como nocivos à família tradicional e aos bons costumes da nação, ligados aos grupos de esquerda, à subversão. Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, não só as pessoas que praticavam o amor livre ou que eram homoafetivas sofriam perseguição dos agentes do Estado, mas também os artistas que falavam sobre essas realidades sofreram censuras e processos judiciais, como foi o caso da escritora Cassandra Rios:

> "Um dos casos mais graves e dramáticos de censura durante esse período que merece registro foi a campanha contra as obras de Cassandra Rios, uma escritora cuja ficção sobre a lesbianidade nada agradou os cães de guarda da "moral e dos bons costumes". Com uma produção literária prolífica e milhões de livros vendidos, ela teve 36 de suas obras censuradas durante a ditadura. Dezesseis processos judiciais foram propostos contra o seu livro Eudemônia. As acusações iam sempre no sentido de que seus textos continham conteúdo imoral e aliciavam o leitor à homossexualidade." (BRASIL, 2014: 304)

As pautas morais eram direcionadas à juventude e às mulheres, as quais os militares entendiam como guardiãs do lar e da moral da família tradicional. De acordo com essa visão tão restrita do ser feminino, os agentes do regime consideravam muito mais graves as ações de resistência das mulheres do que dos homens, já que elas deveriam ser seres "dóceis", "inocentes" e "obedientes", prezando os valores do regime. A partir desses ideais, o regime começa uma verdadeira "caça às bruxas" às mulheres "desviantes", como as prostitutas, as lésbicas, as feministas, e as militantes de organizações de esquerda. As prostitutas e os travestis, especificamente, sofriam forte repressão do sistema autoritário baseado numa moralidade cristã ambígua, que ao mesmo tempo em que entende esses corpos como necessários para a coesão social, para a permanência da virgindade da moça da elite e da união monogâmica burguesa, também pune severamente seus agentes. Muitas prostitutas sofreram torturas, estupros, algumas foram até mesmo mortas, outras foram impedidas de trabalhar sofrendo perseguição e prisões constantes, como afirma Nanci Feijó, coordenadora da Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo:

> "Éramos presas por vadiagem. Ia para a delegacia fazer faxina, levar palmatória e até lavar defunto. Levei muita carreira. Nem todas suportavam. Algumas morreram. Era uma época de comissário e de rádio patrulha. Todo mundo tinha medo da rua. Naquela época ninguém tinha como pedir socorro, como tem hoje. " (Jornal O Globo, 2013)

Um desses casos mais emblemáticos, relativo à perseguição às prostitutas, é o de Belém, onde, "em 1971 a Marinha, a Aeronáutica e a Polícia Federal, em ação conjunta fechou a zona de meretrício em Belém; cerca de duas mil mulheres dependiam da renda gerada no local para sobreviver. " (FEIJO; PEREIRA, 2012: 42). As perseguições e violências era tanta, que mesmo após a ditadura perdurara deixando marcas, tanto que o I Encontro Nacional de Prostitutas no Brasil, em 1987, denunciava primeiramente a violência policial contra as prostitutas nas principais capitais do país como responsável pelo maior índice de agressões e desrespeito de direitos dentro do meio.

Durante o regime, era rotineira a desqualificação de pessoas que lutavam contra a ditadura baseada nas questões morais. Autoridades eclesiais eram acusadas de práticas sexuais ilícitas; intelectuais de terem relações sexuais fora do matrimonio; mulheres em geral de serem lésbicas ou prostitutas; e estudantes universitários de serem homossexuais e drogados, por exemplo. Tanto que, segundo Duarte,

> "Cartelas de anticoncepcionais foram usadas como provas de acusação contra moças presas no Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna (SP), em 1968. Construíam-se, também assim, modelos de comportamento a partir do que se condenava ou estigmatizava." (DUARTE, 2011: 6)

De acordo com as pesquisas realizadas pelo LEGH (Laboratório de Estudos de Gênero e História) e pela equipe da CNV (Comissão Nacional da Verdade) tem-se muitos relatos de militantes que tiveram tratamento diferenciado nos órgãos de repressão pela dita audácia de ser mulher e militante de esquerda. A tortura, os castigos infligidos, eram num sentido de recoloca-las na posição de submissão e obediência, "natural de toda mulher", no entendimento dos militares. Elas eram vistas como degeneradas e rotuladas como prostitutas, sendo, então merecedoras de violações sexuais. A historiadora Olívia Rangel Joffily,

pesquisadora do LEGH, explica que quando dirigida às mulheres, a tortura se diferenciava de duas formas:

> "Em primeiro lugar, o uso da tortura de cunho sexual, preferencialmente utilizada contra as mulheres, situação na qual "[...] o prazer da dominação do torturador sobre sua vítima [...] é potencializado pelo gozo masculino em contato com o indivíduo do sexo oposto". Em segundo lugar, a tortura psicológica, envolvendo ameaças aos familiares mais próximos – filhos, maridos, irmãos, pais." (JOFFILY, 2011: 224)

Como é o caso de Karen Keilt, que relatou para a CNV os abusos sofridos durante o seu período como presa política:

> "Começaram a me bater. Eles me colocaram no pau de arara. Eles me amarraram. Eles me deram batidas. Deram choque. Eles começaram dando choque no peito. No mamilo. [...] Eu desmaiei. [...] Eu comecei a sangrar. Da boca. Sangrava de tudo quanto era... da vagina, sangrava. Nariz, boca... E eu estava muito, muito mal. [...] Veio um dos guardas e me levou para o fundo das celas e me violou. [...] Ele falou que eu era rica, mas eu tinha a buceta igual a de qualquer outra mulher. Ele era horrível [choro]. Oh God! [choro] (BRASIL, 2014: 404)

Percebe-se também que essas perseguições contra as mulheres e sua organização na luta não foram visibilizadas como movimentos importantes de resistência dentro da história da esquerda, "até hoje escrita em torno da trajetória dos grandes homens". Tanto que os seus relatos são escassos e não se tem uma projeção real da dimensão dessas ações e da perseguição sofrida, como afirma Duarte:

> Goldenberg defende a ideia de invisibilidade para discutir a forma pela qual se percebem as mulheres representadas na história da esquerda brasileira, Suas posições no interior das organizações políticas consideram-se secundárias ou inferiores às dos companheiros, "escondidas" ou apresentadas como "filhas de...", "mulher de...", coadjuvantes, enfim. A exclusão relaciona-se com o maior ou menor capital político das mulheres, antes de ingresso em partidos ou organizações de esquerda, em contraposição à imagem do "bom militante", identificada com o comportamento

> eminentemente masculino de domínio do discurso para grandes plateias, à fala dura e impessoal, métodos de disputa agressiva e afastamento da vida pessoal e familiar como prova de abnegação à causa. (DUARTE, 2012: 101).[4]

A Igreja Progressista e o "bispo das prostitutas"

A Igreja se envolveu em diferentes posições com a Ditadura Civil-Militar. Primeiramente, com o apoio ao golpe de Estado deflagrado em 1964. Essa ala mais conservadora foi liderada pelo cardeal dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, por dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e por Monsenhor Sigaud, bispo de Diamantina, participantes do movimento "Sociedade, Tradição, Família e Propriedade", certos de que somente a ação dos militares seria capaz de frear a expansão do comunismo e preservar a moralidade no país. Esta ala também temia o avanço das ideias progressistas da Teologia da Libertação, proclamadas no país por figuras como dom Hélder Câmara e pelo arcebispo de Aracaju, Dom José Távora.

Segundo Andreia Satemy (SETEMY, 2018, p.178), essa ala conservadora do clero se articulou, antes mesmo do golpe, junto com entidades femininas (conhecidas como "machadeiras") em atos em defesa de valores morais ameaçados pelo dito avanço do comunismo, representado na figura de João Goulart. Assim como, após o golpe continuaram se articulando numa verdadeira "cruzada" em defesa da moral e dos bons costumes, tendo em mente salvar a sociedade brasileira dos abusos introduzidos pelas novelas, filmes, músicas e publicações. Segundo Bezerra, a partir da análise da documentação do CDI/DPF, Dom Geraldo Sigaud, que era muito próximo aos militares, em 1971,

> fez uma conferência no Estado-Maior do Exército direcionada aos oficiais-generais, comandantes de unidades e oficiais superiores ligados ao setor de informações na qual buscou fazer uma análise do comportamento dos religiosos que estavam empenhados no combate ao "governo da revolução". Dom Geraldo denunciou os principais líderes católicos que, segundo ele, estavam lutando pela derrubada da ordem estabelecida e pela implantação

[4]GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e militantes. *Revista Estudos Feministas*. Ano 5, n.2, 1997, p.352

> do marxismo, entre os quais dom Hélder, dom Waldyr Calheiros, dom David Picão, dom Cândido Padin e dom Antônio Fragoso. E, por fim, recomendou uma ação enérgica do governo contra as ações desses bispos "subversivos". (BEZERRA, 2010: 112)

Vê-se, portanto, exemplos bem alarmantes de ligação concreta de membros do Clero não só com um pensamento conservador, mas com a repressão do regime. Demonstrando assim o caráter civil da Ditadura e a importância da atuação da Igreja nesse processo.

E justamente por conta desse conluio entre militares e setores do Clero é que se abateu sobre os agentes pastorais uma forte perseguição, com detenções arbitrárias e tortura, principalmente dos religiosos pertencentes à Ação Católica Brasileira (ACB) e ao Movimento de Educação de Base (MEB). E por conta desse cenário, os órgãos progressistas da Igreja, como a CNBB, tiveram dificuldade em elaborar uma declaração oficial contra o regime imediatamente após o golpe. Porém, em 1967, a ala mais progressista começa a retomar sua voz contra o regime autoritário a partir da prisão dos monges beneditinos que tiveram participação no encontro clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE). Segundo Michael Löwy a alavancada desse movimento vem em 1970, quando

> "Dom Helder Câmara denunciou, pela primeira vez, o uso de tortura no Brasil, abertamente, e tornou-se imediatamente objeto de uma campanha violenta por parte das autoridades brasileiras e da imprensa conformista, que o acusava de "caluniar nossa terra entre os estrangeiros". O então governador de São Paulo, Abreu Sodré, chegou ao ponto de chamá-lo de "um Fidel Castro de batina" que "pertence à máquina de propaganda do Partido Comunista"[..]
>
> No entanto, à medida que o ultraje da opinião católica internacional e brasileira foi aumentando, uma posição como essa já não era viável [...] Dom Agnelo Rossi foi "promovido" para uma alta posição em Roma e substituído por um novo bispo. Dom Paulo Evaristo Arns, conhecido por seu envolvimento em defesa dos direitos humanos e sua solidariedade com os religiosos presos. Pouco tempo depois, a CNBB elegeu um novo presidente, Dom Aloísio Lorscheider, que levou a Igreja a uma oposição cada vez mais aberta contra a ditadura militar. A mudança foi tão profun-

> da que, durante a década de 1970, depois de a Esquerda clandestina haver sido eliminada, a Igreja surgiu, aos olhos da sociedade civil e dos próprios militares, como o adversário principal do estado autoritário." (LÖWY, 2016: 150 / 151)

Vê-se que a Ditadura Civil-Militar cindiu, de algum modo, a Igreja Católica brasileira. Uma grande parcela da Igreja protagonizou a defesa, promoção dos direitos humanos, enquanto uma parcela menor foi conivente desde antes do golpe e compactuou com as ações arbitrárias do regime de exceção, mesmo diante das graves denúncias de crimes contra a humanidade. A partir dos acirramentos das posições e do papel fundamental da parcela progressista na luta contra o regime, os rumos teológicos da Igreja tornaram-se cada vez mais um projeto em disputa. Com o avanço do campo progressista da Igreja, esta torna-se um ponto de abrigo, de proteção para diferentes movimentos sociais que se colocaram na luta contra o regime. Nasce então ao longo desse processo a "Igreja dos pobres" a partir de um intenso trabalho de base organizado através das CEB´s (Comunidades Eclesiais de Base), das pastorais, do MEB seguindo e fazendo os ideais da Teologia da Libertação no seio do povo.

Esses trabalhos de base das pessoas comprometidas com a linha social da Igreja foi, a todo o momento, monitorado pelos agentes de repressão, havendo muitas vezes perseguições e prisões, dessas pessoas, marcadas com o estigma de comunistas. No entanto, havia muita solidariedade dentro das pequenas comunidades, o que driblava as perseguições, a partir das resistências cotidianas. O companheirismo falava mais alto do que o autoritarismo e a repressão. Pode-se tomar por exemplo o que ocorria em Sobral com as prostitutas que se organizavam no Ninho Cearense. Quando os agentes dos órgãos de repressão chegavam à cidade, de pronto iam ao bordel. As prostitutas, porém, rapidamente avisavam à equipe do MEB, na tentativa de livrá-los dos interrogatórios ou até mesmo de prisões injustas, como a agente Valnê Alves rememora no trecho a seguir:

> "[...] elas, as meninas, avisavam a equipe que o perigo rondava por ali. Era assim, a gente recebia o aviso e diziam: olhe, tem que sair já já. Aí a gente saia da cidade e ficava num lugar escondida, assim uns dias e depois voltava."[5]

5 - Maria Valnê Alves. Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2004. Sobral –CE. Arquivo pessoal de Viviane Padro Bezerra. In: BEZERRA, Viviane Prado. **Porque se nóis** não agir o puder num sabe que **nois isisti nu mundo: MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960 – 1980).** Sobral: ECOA, 2014, p. 227

Diante do desamparo da população pobre e dessa perseguição aos que fugiam dos padrões morais impostos, surge não só no Brasil, mas em toda a América Latina uma Igreja progressista de resistência a partir das ações das Comunidades Eclesiais de Base, das Pastorais Sociais e da Teologia da Libertação. A Teologia da Libertação vem dar base teológica a essas experiências eclesiásticas emancipatórias já existentes, fortalecendo cada vez mais o meio popular e sua ânsia por justiça social, assim como afirma Leonardo Boff:

> "A Teologia da Libertação, em vista de seu interesse libertador e partindo da sua opção pelos pobres, deu prioridade à tendência dialética em relação à funcionalista, na análise da sociedade. É aí que ela percebe que a pobreza é produto de certo tipo de desenvolvimento desigual em que os benefícios vão para as minorias ricas e os encargos e malefícios para as maiorias empobrecidas. Assim, a pobreza aparece com sua face de opressão (no sentido político), de exploração (no sentido econômico), de injustiça (no sentido ético) e de pecado (no sentido teológico)." (BOFF, 1986: 103)

Michel L**ö**wy acrescenta que

> "a ideia central da Teologia da Libertação, poderíamos nos referir à expressão consagrada pela Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Puebla (1979): "a opção preferencial pelos pobres". Mas é preciso acrescentar imediatamente que, para a nova teologia, esses pobres são os agentes de sua própria libertação e o sujeito de sua própria história – e não simplesmente, como na doutrina tradicional da Igreja, objeto da atenção caridosa." (LÖWY, 2016: 76)

A Teologia da Libertação surge no Brasil como um movimento de cristianismo libertário com uma mensagem de luta social por dignidade humana, amparada por setores do clero e por diversos movimentos religiosos leigos, como a ACB, a JUC, a JOC, as comissões pastorais, e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Como Löwy citou anteriormente, esse movimento tinha como base de ação a opção preferencial pelos pobres, denunciando sua opressão e agindo como agente de libertação. Isso fez com que a Igreja tivesse um importante papel nas comunidades mais marginalizadas, mobilizando a população para melhorias concretas em suas condições de vida, assim como uma liderança nos processos

de luta contra o regime militar. Esse papel do cristianismo da libertação de luta contra as desigualdades e contra os regimes militares não se deu só no Brasil, mas em vários países da América Latina que viviam regimes de exceção, formando uma teia de pensamentos, organismos e ações.

A Teologia da Libertação no Nordeste brasileiro tinha como uma grande frente o trabalho desenvolvido pela Diocese de Crateús, na liderança de Dom Fragoso, o qual orientava um precioso projeto de Igreja Libertária no interior do Ceará. Suas ações com as bases viraram referência na luta contra o latifúndio, a miséria, as injustiças e a intolerância. Mas sua prática de fé numa linguagem popular e visão revolucionária de Igreja dos oprimidos rendeu-lhe muitas perseguições e ameaças dos órgãos de repressão da Ditadura, que puniu vários companheiros seus de batina e de vida com tortura e exílio. Porém, mesmo diante das ameaças, Dom Fragoso, assim como os outros teólogos da Libertação, dizia que era impossível calar-se diante do que se via, como nessa entrevista para o Jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro:

> "Os camponeses devem descobrir que são homens como os outros. Devem libertar-se...devem organizar-se em sindicatos para que possam falar alto e exigir justiça. Ninguém abafará a coragem dos camponeses! Dizem que o nosso trabalho é comunizante. Quem diz isso está interessado na escravidão do camponês... No dia que eu parar de lutar pela sua libertação, eu serei um traidor da minha consciência." [6]

A partir dessa militância corajosa da Diocese de Crateús, teve-se a oportunidade de chegar ao Brasil o Movimento Ninho. O Ninho nasceu em 1937, na França, a partir do encontro entre o padre André Marie Talvas, da JOC (Juventude Operária Católica), e Germanie Campion, prostituta e alcoólatra que queria ajudar outras mulheres prostituídas. Então, eles começaram o Movimento abordando prostitutas que ficavam nas ruas, posteriormente, foram criando "centros de acolhida", a partir da década de 1940 em várias cidades da França, segundo a pesquisadora Andreia Mello. Esse Movimento se expande para o Brasil, e para Portugal também, e forma no nosso Estado o "Ninho Cearense" e, em seguida, a "Pastoral da Mulher Marginalizada" (PMM).

[6]Jornal Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1968. "Crateús: uma cidade agitada com um bispo muito calmo".

Segundo Dom Fragoso, o Brasil foi o primeiro país a adotar o "modelo" do Movimento Ninho. Em 1960, a partir de seus contatos com o padre francês André Marie Talvas, recebeu a visita de militantes francesas para ajudar na formulação de um movimento como o Ninho, só que adaptado à realidade local, com o intuito de promover cidadania e dignidade humana para as prostitutas nas zonas do baixo meretrício. Através disso, o Movimento foi, aos poucos, crescendo e se articulando pelo Nordeste e depois em outras regiões do país, a partir da linha pastoral de Dom Fragoso e de outros teólogos da Libertação e religiosos sonhadores com uma sociedade mais justa e humana, inclusive na zona. Já em 1974, a Igreja Católica assume essa responsabilidade do cuidado e assistência pastoral efetiva para as prostitutas e seus filhos e organiza, aos poucos, a Pastoral da Mulher Marginalizada. Como pode-se analisar no relato de Dom Fragoso na fonte a seguir:

> "Em 1950, fui participar do encontro jubilar da Juventude Operária Católica (JOC) em Bruxelas, na Bélgica. Passei por Paris e então me encontrei com o então jovem André Marie Talvas que fundara, com a benção de seu cardeal Arcebispo Emmanuel Suhard, um movimento ao qual depois chamará de NID (Ninho) [...] Deus colocou no seu caminho uma mulher trabalhada pela graça de Deus. Vinha marcada pela vida: participara do tráfico internacional de mulheres, desde Londres até Dakar. Ela ajudou o Padre Talvas a descobrir os primeiros passos. Os dois fundaram o NID (Ninho) cuja protetora é Nossa Senhora do Ninho [...]
>
> Em 1957, já bispo, participei do encontro mundial da JOC em Roma. Passei outra vez por Paris. E perguntei ao Pe. Talvas: "Será que o senhor pode me mandar uma ou duas das Equipistas do Ninho, para São Luís do Maranhão?" Ele disse: "Vamos ver." E, em 1960, ele me mandou. O Movimento se estendeu para as cidades do interior: Codó, Bacabal, Pedreiras. E para outros Estados: Belém do Pará; Teresina e Parnaíba, no Piauí; Fortaleza e Sobral, no Ceará; Recife, João Pessoa, Natal, Maceió e Salvador [...] Em 1964, fui nomeado bispo de Crateús. Chegando à diocese pensei também nas mulheres marginalizadas. Chamei o pároco de Crateús, Pe. José Maria Moreira do Bonfim, para saber se estava de acordo que umas duas ou três pessoas fossem a zona e fizessem

> um levantamento das mulheres: onde estavam, de onde vinham, sua idade, seus problemas, seus filhos, etc. Ele disse: "Não. Isso não se deve fazer. Esse ambiente não presta. Eu não permito que entrem na minha igreja. " Foi um choque pra mim. Como eu era o bispo, ele tolerou que a pequena equipe fosse a zona e visitasse as mulheres "[7]

Como se vê, Dom Fragoso teve um importante papel na concepção do Ninho e do seu trabalho com as prostitutas no Nordeste e exatamente por conta disso sofreu repressão da Ditadura e da ala mais conservadora da Igreja. Terezinha Albuquerque, agente do Ninho Cearense, em entrevista, relembra essas perseguições:

> "Quem trouxe essa ideia do Ninho foi Dom Fragoso, de Crateús. [...] Tanto que uma das acusações que a Ditadura fazia pra ele é que ele era o "bispo das prostitutas". [...] E ele no Crateús, ele ia nos prostíbulos. Assim como Dom Aluísio era acusado de ser o "bispo vermelho", ele era acusado de ser o "bispo das prostitutas" [..] Ele dizia que via muito mais Jesus lá do que em outras partes."[8]

Esse conflito de posições da Igreja também influenciou os andamentos da Pastoral, já que esta trabalhava com um campo marginalizado por alguns setores da Igreja e criminalizado pelo regime. Como Terezinha explica, a Pastoral da Mulher Marginalizada era muito marginalizada pela hierarquia da Igreja:

> "[...] ela era a mais marginalizada dentre as Pastorais da Arquidiocese, né. Porque eles cobravam muito assim números, vamos dizer, de mulheres que foram retiradas das ruas, da prostituição. E não era esse o objetivo nem do Ninho, nem da Pastoral."[9]

[7]FRAGOSO, Dom Antônio B. Mulher Marginalizada: Diabo ou Anjo? Em busca da Pastoral da Mulher Marginalizada. In: PIRES, Dom José Maria. **O Grito de Milhões de Escravas: A cumplicidade do silêncio.** Vozes: Petrópolis, 1983.

[8]ALBUQUERQUE, Terezinha Casimiro. Entrevista [03 out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

[9]ALBUQUERQUE, Terezinha Casimiro. Entrevista [03 out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

Para convencer a hierarquia clerical, muitas vezes conservadora, sobre a importância desse trabalho e influenciados pelos ideais da Teologia da Libertação de uma Igreja centrada preferencialmente nos pobres e na luta por justiça social, os membros da Pastoral procuravam associar as prostitutas às trabalhadoras pobres e, assim, relacionar a prostituição à miséria, à exploração do capital. Nesse aspecto, as prostitutas passavam de vilãs, mulheres desalmadas e grandes pecadoras, para o lado oposto: mulheres extremamente oprimidas pelo patriarcado, exploradas pelo sistema capitalista e julgadas pela moralidade burguesa. Fazia-se uma dessexualização simbólica da prostituta para conseguir trazê-la ao seio da Igreja com maior aceitação, numa posição somente de vítima, de marginalizada. Como pode-se ver na fala do padre D´Ans durante o 4º Congresso Internacional sobre as Crianças Maltratadas e Negligenciadas:

> "A quase totalidade das prostitutas [no Brasil] são "ex-empregadas domésticas", "ex-boias-frias" ou "ex-balconistas"... provindas de famílias miseráveis onde elas não se sentem amadas. A pobreza produz uma série de carências: nutritivas, econômicas, afetivas, educacionais e de oportunidade social... A prostituta é a pobre por excelência, vítima de uma sociedade que a explora sexualmente, a condena e a marginaliza (D'Ans, 1986: 149)

Como também, no discurso de frei Barruel na ONU, em 1985, sobre a prostituição na América Latina, tratando especificamente do quadro de miséria vivenciada pelas prostitutas e suas famílias:

> "Enquanto havia na América Latina, em 1960, aproximadamente 6 milhões de prostitutas, o seu número deve ultrapassar atualmente [1985] os dez milhões. A primeira, mas não a única, das causas do aumento da prostituição feminina é, sem dúvida alguma, além do crescimento da população global, a pauperização das grandes massas. [...] A precariedade e a promiscuidade das habitações infra-humanas é seguramente uma das causas dessa situação. Em São Paulo os habitantes dos cortiços dispõem em média de três metros quadrados por pessoa. "Fui violada quando tinha 13 anos por um vizinho de cortiço", narra uma pequena prostituta de 17 anos. "Não tinha 14 anos quando a criança nasceu." [...] Às vezes menininhas são levadas à prostituição por suas próprias mães, nas ruas de

> Santiago, no Chile. [...] Foi até comprovada a organização de redes preparadas por profissionais do comércio de mulheres destinadas à exploração sexual das meninas menores de idade. Um documento elaborado pelo organismo "Terre des Hommes" (Terra dos Homens) e publicado em 1985 a respeito da prostituição no nordeste do Brasil afirma o seguinte: "50.000 meninas iniciam cada ano sua vida de prostitutas entre 12 e 14 anos, unicamente para não morrer de fome". [10]

Vê-se, portanto, que esse movimento da Igreja em direção aos marginalizados não convencia a todos, nem mesmo a uma parte da própria Igreja, muito menos aos agentes do regime ditatorial, que não viam com bons olhos o trabalho pastoral na zona ou qualquer organização, mobilização social dos pobres com a dita ameaça de dogmatização comunista. E também rechaçava qualquer trabalho com grupos marginais como os das prostitutas que os agentes da Ditadura entendiam como transgressoras da lei e da ordem.

Prostituição e o Ninho Cearense

A prostituição é um sistema antigo e quase universal, organizado de maneira diferente e diversamente considerado, com status e hierarquias internas, dependendo da sociedade em que está inserido e principalmente do valor que o ser feminino tem nessa sociedade. Sendo a reprovação da sociedade à prostituição bastante diversa, depende do valor dado à virgindade e da importância atribuída à sexualidade. Não existe um só modelo de prostituição e por consequência não apenas o chamado "baixo meretrício", mas também a prostituição voltada para as elites e uma prostituição mais vinculada ao sagrado.

A respeito da prostituição sagrada, esta é explicada como práticas de sociedades antigas voltadas ao culto da Deusa Mãe. A Deusa Mãe possuiu outros nomes em diferentes culturas onde foi cultuada como Ela era a deusa da fertilidade, a qual concedia fertilidade abundante aos campos, aos animais e às mulheres. Nessa crença acreditava-se que era a união entre a deusa e seu amante o que gerava fertilidade, e que, portanto, no seu culto determinadas mulheres imitariam esse ato garantindo a fertilidade para toda a comunidade. Segundo a

[10]In: O lenocínio e a prostituição na América Latina. Relatório apresentado à Comissão dos Direitos Humanos da ONU, 1985.

antropóloga Nancy Qualls-Cobert, "a prostituição sagrada existiu por milhares de anos e em muitas civilizações. Independente da deusa da fertilidade, do amor e da paixão ser venerada, a prostituta sagrada era membro integral da comunidade." (QUALLS-COBERT, 1990: 38 / 39). De acordo com os estudos de Nancy, com a queda dos regimes matriarcais e o surgimento do monoteísmo, o culto à Deusa Mãe é proibido e acaba caindo em desuso e a prostituição perde o seu grau sagrado e é entendida apenas como moléstia, profanação. A prostituta profana passa a ser perseguida e obrigada a utilizar elementos que as distingam das demais mulheres:

> "Em Roma ela usava toga, como os homens, enquanto na Grécia sua roupa era de um material floreado. Não lhe era permitido usar as ricas vestimentas purpúreas, roupas finas, sapatos, joias, que eram a marca da mulher de reputação. Na Grécia seus cabelos costumavam ser pintados de amarelo ou vermelho, ou até mesmo azul. À prostituta profana não era permitido misturar-se com a sociedade e frequentemente ela não podia andar pelas ruas durante o dia. Ela era proibida de entrar nos templos e de participar de qualquer cerimônia religiosa. De acordo com os regulamentos estabelecidos por Sólon, na Grécia, a prostituta profana perdia os direitos de cidadania, e seus filhos eram considerados bastardos. Eles não podiam adquirir cidadania a não ser mediante algum ato especial de heroísmo. [..] Em Roma, era comum que mulheres, ainda que bem jovens, fossem enviadas para a prostituição como punição por crimes. " (QUALLS-COBERT, 1990: 48)

No século XIX, a prostituição era tratada pelo saber médico e jurídico como uma doença, uma perversão, um desvio social, a partir do viés dos regulacionistas. Eles queriam uma regulação da prostituição por meio de um sistema estatal de bordéis que se localizariam somente em bairros específicos. Essa corrente considerava as prostitutas como responsáveis pela proliferação de doenças, assim como pela transgressão dos bons costumes da sociedade. Essa corrente elaborou os Atos de Doenças Contagiosas na Grã-Bretanha, na metade do século XIX, os quais procuravam implementar controle ginecológico obrigatório às mulheres prostituídas, já que entendiam seus corpos como fontes originárias de doenças. Em resposta a esses Atos, surge o movimento abolicionista, que considera essas leis discriminatórias às mulheres, por tratar os corpos das mulheres prostituídas

como contagiosos enquanto protegiam os clientes. Esse movimento luta não só pelo fim dos Atos, mas principalmente pelo fim da prostituição. Segundo Andreia Skackauskas, as abolicionistas criticavam no regulamentarismo:

> "um controle ineficaz, tendo em vista que muitas prostitutas se deslocavam para a clandestinidade para fugir dos regulamentos impostos a elas; de ser o regulamentarismo um sistema antiliberal e unilateral, uma vez que os regulamentos só recaíam sobre as mulheres e não atingiam os clientes; de criar o "duplo padrão de moralidade", em que se justificava a "promiscuidade" masculina, enquanto condenava a liberdade sexual da mulher fora do casamento; e de tolerar a prostituição, na medida em que o Estado reconhece a prostituição e estabelece regras para o seu exercício." (SKACKAUSKAS, 2014: 35)

As adjetivações negativas só eram (são) direcionadas as mulheres prostituídas, a figura do cliente não era (é) questionada pela sociedade. Tinha-se uma contradição estrutural muito clara quanto ao pensamento moralista do período, pois se por um lado a prostituição era vista como um atentado a civilização, por outro era tida como um mal necessário, já que servia como alívio para os instintos masculinos irrefreáveis, sustentando assim a honra das moças da elite. Vê-se essa noção até mesmo nos textos de São Tomás que declarou: "Eliminai as mulheres públicas do seio da sociedade, e a devassidão a perturbará com desordens de toda espécie. São as prostitutas numa cidade, a mesma coisa que uma cloaca num palácio: suprimi a cloaca e o palácio tornar-se-á um lugar sujo e infecto." (BEAUVOIR, 1980: 127). Assim como no escrito de Geoffroy de Vendôme, no século XI, referindose à mulher:

> "Esse sexo envenenou o nosso primeiro pai, que era também o seu marido e o seu pai, decapitou João Baptista, entregou o corajoso Sansão à morte. De certa maneira, também matou o Salvador, porque, se a sua falta não o tivesse exigido, o nosso Salvador não precisava de ter morrido. Maldito seja esse sexo no qual não existe nem temor, nem bondade, nem amizade e que deve ser mais temido quando é amado do que quando é odiado." (TOLDY, 2010: 174)

As teólogas feministas admitem como um dos princípios de embasamento e solidificação dessa imagem depreciativa não somente das prostitutas ou mu-

lheres marginais, como de todas as mulheres, a classificação do monoteísmo das mulheres como perigosas para o bom ordenamento social, como explicita a socióloga Maria Rosado-Nunes:

> "A visão cristã negativa da corporeidade, devida à compreensão dualista tradicional que prioriza 'o espírito', acaba por atribuir às mulheres, responsáveis pela reprodução da espécie, um lugar não apenas secundário, mas de periculosidade. Daí, a necessidade de controlá-las. Essa compreensão reduz as mulheres à especificidade de sua condição biológica, em que a maternidade, física ou espiritual, torna-se um destino obrigatório. A rejeição do recurso à biologia para explicar o ordenamento social – e religioso – dos sexos leva a uma crítica radical da organização das instituições religiosas, apontadas como androcêntricas, hierárquicas e excludentes das mulheres." (ROSADO, 2006: 296)

Tinha-se também muitas discussões entre as feministas a respeito da prostituição nos debates em que por um lado a mulher prostituída era vista como a oprimida pela sociedade patriarcal e por outro lado vista como uma agente subversiva no interior dessa ordem social desigual. As primeiras compreendiam que essa sexualidade era usada para objetificar o corpo feminino. Já as outras compreendiam a sexualidade como uma oportunidade para as mulheres se libertarem do domínio dos homens. Nesse embate cientifico, político e social sobre a problemática da prostituição, a Igreja sempre adotou posicionamentos muito ambíguos: ora do lado dos regulacionistas, ora do lado dos abolicionistas. Já o Ninho, propriamente falando, tinha um posicionamento bem mais alinhado ao discurso abolicionista feminista, o qual anunciava que a libertação das prostitutas viria através do trabalho de conscientização das prostitutas sobre a sua própria situação de opressão, a partir da orientação e do acompanhamento dos agentes do Ninho à respeito do melhor caminho a seguir. Esse trabalho de orientação e amparo seguia a metodologia das comunidades eclesiais de base: o Ver, Julgar e Agir, visto por exemplo no discurso do padre D'Ans, fomentador do Movimento: "Não queremos trabalhar para as pessoas prostitutas, nem por elas; queremos trabalhar com elas, à luz da Palavra de Deus, refletindo sobre a estrutura sociopolítica, econômica e cultural que produz todos os empobrecidos e as prostitutas" (D'Ans, 1986: 198).

Inspirada nesse regulacionismo francês, no início do século XX, houve uma onda de moralização e higienização no Brasil com o intuito de remodelar

as cidades na intenção de afastar e esconder a miséria da sua sociedade. Essa moralização era especialmente destinada às práticas sexuais, à prostituição tanto do baixo meretrício como, em menores proporções, claro, à de luxo. O que ocasionou por exemplo, em Fortaleza, a remoção das prostitutas do Centro para uma área um pouco mais afastada, um lugar conhecido como Curral das Éguas, que levava esse nome pejorativamente simbolizando a prostituta montada pelos clientes, como comenta Pinho, que

> "em 1938, foi realizado o intento de localizar o baixo meretrício longe do Centro da cidade. O interventor Menezes Pimentel providenciou a remoção das prostitutas das ruas centrais de Fortaleza para uma área próxima ao Passeio Público, por trás da Estação Ferroviária Engenheiro João Felipe. Na quadra das ruas Senador Pompeu (lado nascente) e General Sampaio (lado poente), estava localizado o início da área, conhecido reduto de prostitutas e boêmios. O bairro conhecido como Arraial Moura Brasil passou a ser chamado pelo povo de "Curral das Éguas". (PINHO, 2012: 32).

As prostitutas foram removidas novamente, entre 1972 e 1974 para a área do Farol do Mucuripe, dentro de um regime ditatorial que presava, como já foi dito, pela moral e os bons costumes, num projeto que priorizava o desenvolvimento através da especulação imobiliária e o bem-estar das famílias abastadas da capital que queriam afastar de sua área turística e de morada a "pobreza", a "promiscuidade" e o "atraso", como afirma Pinho:

> "a zona de prostituição localizada no bairro Arraial Moura Brasil, dividida nas áreas conhecidas como Curral das Éguas, Cinzas e Oitão Preto, resistiu por pouco mais de três décadas, até que os casebres da região foram desapropriados, visando à construção da avenida Presidente Castelo Branco, que foi inaugurada em 1973. A maior parte das mulheres que ali se localizavam foram então transferidas para os arredores do Farol do Mucuripe, onde já se estabelecia, desde o final da década de 1950, uma área de meretrício marcada pela proximidade do Cais do Porto." (PINHO, 2012: 40)

Esse cotidiano de violência, repressão e exclusão social do mundo da prostituição intensificado nesse período, pode ser encontrado também nos relatos das

fichas de visita das prostitutas atendidas pelo Ninho Cearense, como é o caso de Edmunda Rosa da Silva, moradora do Arraial Moura Brasil desde a década de 60:

> "Conheci Rosa desde 1967, no Arraial. Bebe muito, é agressiva, também muito revoltada. No desfavelamento, em 1972, foi morar no Bom Jardim, depois Farol. Agora está no Arraial, novamente bebendo muito[...]
> No início de 1985 recebeu 4 facadas de um rapaz sem discussão nenhuma. Passou um mês no hospital. Melhorou, voltou para o mesmo quarto. Rita Mansueto ficou responsável por ela no hospital. As outras também deram sua participação com remédio, alimentação etc."

Assim como Germanie, que iniciou com o padre Talvas um movimento de ajuda e amparo as prostitutas de sua região, aqui não só o Ninho fazia esse papel, mas, como pode-se ver, as próprias prostitutas já estabeleciam entre si essa rede de solidariedade e afeto mútuo tão importante para a sobrevivência em meio a tanta insalubridade, violência e ausência de direitos.

Pinho faz uma ressalva em sua dissertação a respeito das prostitutas do Farol do Mucuripe, pra que se compreenda elas como sujeitos de sua própria história. A autora não as especifica como feministas declaradas, nem tampouco como apenas vítimas indefesas de um sistema opressor. Ela tenta demonstrar a complexidade de vivencias, ações e pertencimento dessas mulheres no trecho a seguir:

> "Os papéis femininos por elas criados não se enquadrariam na descrição de mulheres liberadas ou feministas avant la lettre, em busca de emancipação. Também não se encaixariam na figura de vítimas de uma dominação masculina inelutável, exploradas por terem vivido a condição de prostituta. Entretanto, formulando maneiras próprias de ser mulher, dentro de uma configuração social específica, construíram para si o papel que reivindicam ao contar suas histórias: o de atrizes sociais e protagonistas de suas vidas. Em um contexto silenciador das subjetividades femininas, certamente as prostitutas que viveram na Fortaleza do tempo das pensões tiveram maior chance de expressão, através de suas falas, de seus corpos e de sua circulação no espaço social, se comparadas a muitas de suas contem-

> porâneas [...]A despeito do estigma enfrentado, o ingresso no meretrício as ajudou a conquistar liberdade para anseios pessoais desaconselhados pela moral dominante." (PINHO, 2012: 227)

O trabalho do Ninho Cearense se inicia em Fortaleza justamente com essas prostitutas do baixo meretrício do Arraial Moura Brasil e do Farol do Mucuripe, realizando um trabalho de amparo, proteção e de formação, como explica Terezinha:

> "[O objetivo do Ninho] era de trabalhar com as mulheres para resgatar a dignidade delas. E sair da prostituição seria uma consequência disso. Mas não era esse trabalho como tem hoje em dia: "São pecadoras que estão ali e a gente tem que resgatar!" Não, nunca foi, nem do Ninho, nem da Pastoral. Então, elas não tinham muito apoio porque elas diziam: "Nós não queremos saber de estatísticas, nós queremos saber das pessoas!" E elas trabalhavam mesmo pra rua, pra o pessoal de prostituição, justamente indo nas delegacias para tirar as mulheres... Trabalhavam com formações para a questão de o resgaste da pessoa".[11]

Vê-se na fala de Terezinha como os princípios do Ninho Cearense divergiam do pensamento e da ação comum à uma grande ala da Igreja, já que as agentes não viam as prostitutas somente como pecadoras. Assim como também não tinham intenção simplesmente de lhes tirar da prostituição, mas sim de fazer essas mulheres terem condições materiais objetivas para terem mais autonomia para escolher seu próprio destino, já que segundo sua fala, o objetivo do Movimento "era de trabalhar com as mulheres para resgatar a dignidade delas". Compreende-se, assim, através dos depoimentos e da documentação, que essas agentes estavam colocando em pratica não somente os ideais emancipatórios da Teologia da Libertação com o trabalho de base, mas principalmente os ideais igualitários da Teologia Feminista[12] que surge no período a partir da reivindicação das leigas por maior espaço de voz e ação dentro e fora do meio eclesial.

De acordo com Sebastião de Araújo, ex agente do Ninho e sobrinho de uma das fundadoras do Movimento, Rita Araújo, a atuação das agentes era de uma

11 - ALBUQUERQUE, Terezinha Casimiro. Entrevista [03 out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

12 - As definições sobre esse movimento teológico e eclesial serão apresentadas no tópico 1.4 deste capítulo.

forma bem intima, vivenciando de perto a vida na comunidade. Era uma atuação segundo a práxis marxista que une teoria e prática numa vivencia diária com os conflitos e problemas do povo sendo resolvidos a partir da organização comunitária, da reivindicação de direitos junto ao poder público e conjuntamente à outras organizações sociais. Como pode se ver na fala de Sebastião sobre a vivencia bem próxima das agentes do Ninho com as prostitutas na comunidade:

> "Eu me lembro num dia que 5 horas da tarde tinha uma prostituta doente e ela me disse "Vamos ali!" E eu fui no cabaré com ela. Quando ela chegava todo mundo dizia "Tia Rita tá chegando!". Eles tinham uma atenção toda à ela. Mas se você encontrasse ela no meio da rua, não tinha diferença entre ela e o povo. Então, ela tinha acesso a criança. Ela já tinha essa visão de totalidade, que atendia ao idoso, à criança. Então, ela era uma presença. Eu acho que o grande mérito da tia Rita era ela ter se mudado pra o Farol, porque ela era uma presença viva no Farol. E eu me lembro muito ela conseguia doações pra fazer bazar. Eu me lembro muito, eu cheguei a ver isso, algumas prostitutas comprando e vestindo dizendo "Olha, agora eu vou ter uma roupa de família!" A satisfação pura delas de dizer: "Olha que maravilha, eu ganhei uma roupa de família!". E assim, as prostitutas chegavam a frequentar a casa dela. Eu lembro as vezes de almoço que tava a Marieta, a Rita e as prostitutas tudo na casa da tia Rita. Conversando assim de algum encontro do Movimento e foram lá para casa da tia Rita."[13]

Para se entender melhor o trabalho realizado pelo Movimento Ninho e pela Pastoral, conjuntamente, é importante analisar a sua carta de princípios, elaborada no primeiro encontro nacional da Pastoral. Essa carta de princípios com os objetivos gerais do Movimento foi sistematizada e publicada pelo padre Lagnest, um dos fundadores do Movimento, no livro que marcou a difusão do trabalho da Pastoral em todo o pais: "O Grito de milhões de escravas".[14] Tem-se como os seis princípios (objetivos gerais) da Pastoral no período

13 - ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

14 - PIRES, (Org.). O Grito de milhões de escravas. A cumplicidade do silêncio. Petrópolis: Vozes, 1983.

1. "Considerar a prostituição sob o aspecto de pecado coletivo, devendo os agentes engajados nesta pastoral, como Igreja serva dos pobres, procurar "libertar" o ser humano desta situação deprimente;
2. Quanto à prostituta, inicialmente, mais que simplesmente afastá-la do meretrício, procurar valorizar a sua pessoa humana, conscientizando-a de sua dignidade de filha de Deus;
3. Proporcionar à prostituta a oportunidade de uma adequada educação libertadora face à situação física, psíquica e moralmente degradante que pesa sobre ela, a fim de que tenha condições de decidir, por si mesma, a abandonar a prostituição;
4. Tornar a prostituta consciente dos seus "direitos humanos", quanto a isto, a prestação de serviços, embora indispensável, é apenas um meio;
5. A Pastoral deve visar a promoção da prostituta, global e coletivamente e não apenas individualmente, a fim de não reforçar a sua situação de marginalizada;
6. Ao mesmo tempo que procura promover a prostituta, a ação pastoral deve denunciar e inquietar a sociedade, que prostitui a mulher e depois a rejeita". (PIRES apud SKACKAUSKAS, 2014: 62 / 63)

Pode-se ver também em entrevistas com as agentes, que o Ninho contava com o apoio de advogados para soltarem as prostitutas, já que a repressão policial era muito mais acirrada durante a Ditadura, como também fazia um trabalho de amparo, junto a Pastoral Carcerária, com as mulheres pobres encarceradas:

> "Elas tinham o apoio de advogados também. Às vezes tinha embate com a polícia. A polícia chegava com aquela violência característica dela e elas chegavam no enfrentamento, que não era desse jeito. A Rita fez por muito tempo um trabalho junto com a Pastoral Carcerária. Foi um trabalho que a Pastoral da Mulher Marginalizada fazia. Ela ia no presídio na ala feminina" [15]

E complementa Sebastião também sobre a atuação da agente pastoral e fundadora do Movimento mais conhecida como Tia Rita:

[15]ALBUQUERQUE, Terezinha Casimiro. Entrevista [03 out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

> "Eu me lembro que toda complicação que tivesse com a polícia que envolvesse as prostitutas, se elas fossem presas ou algo do tipo, eu lembro que o telefone de referência era o da casa dela. Eu lembro que aconteciam alguns telefonemas, eu cheguei a presenciar ela atendendo telefonema da Secretaria de Segurança, e exatamente dizendo que não tocasse nas prostitutas, no sentido de não ter atos de tortura. Eram denúncias de roubo, era de.... Você sabe como era, né. Ai ela dizia: "Ninguém toque nas prostitutas até eu chegar ai! Elas tem que ser ouvidas!"[16]

A Teologia Feminista e os Movimentos de Mulheres

Um principal aspecto que diferencia o Ninho Cearense e a Pastoral da Mulher Marginalizada do Movimento Ninho francês diz respeito ao fato de o método de abordagem das prostitutas no Brasil ter sido aliado à metodologia da Teologia da Libertação e da Teologia Feminista que já florescia no período em toda a América Latina. A Teologia Feminista quebra a ideia patriarcal do "Deus-Pai-Todo Poderoso" que tanto serviu para colonizar e subjugar, principalmente as mulheres, e traz para o cristianismo um ideal de igualdade e justiça entre os povos, entre os gêneros. Como afirma a consagrada teóloga feminista, Ivone Gebara:

> "Minha tese é que a teologia feminista introduz uma ruptura nas maneiras de pensar o mundo e de acolher a herança cristã. Essa ruptura significa a acolhida das mulheres na pluralidade de suas identidades, assim como de outros grupos marginalizados no direito de viver e reinterpretar a tradição cristã de outra maneira. No fundo, o que chamamos de Tradição cristã é um conjunto de tradições e de interpretações que compartilham alguns pontos. A pretensão a uma unidade universalista da Tradição não resiste a uma análise histórica do passado e do presente. Da mesma forma, ela aparece mais como uma espécie de poder universal religioso sobre os povos conquistados pelo catolicismo condicionado a visões políticas colonialistas." (GEBARA, 2017: 38 / 39)

[16] ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal

As teólogas feministas, assim como as feministas em geral, atrelam a extensão e o poderio do Patriarcado no mundo ao campo religioso em que este tem domínio do discurso e das práticas colocando sempre a mulher como o Outro, como o mal, a desordem. Como Beauvoir deixa explicito no trecho a seguir sobre o imaginário a respeito da mulher em diferentes religiões e doutrinas:

> Organizando a opressão da mulher, os legisladores têm medo dela. Das virtudes ambivalentes de que ela se revestia retém-se principalmente o aspecto nefasto: de sagrada, ela se torna impura. Eva entregue a Adão para ser sua companheira perde o gênero humano; quando querem vingar-se dos homens, os deuses pagãos inventam a mulher e é a primeira dessas criaturas, Pandora, que desencadeia todos os males de que sofre a humanidade. O Outro é a passividade em face da atividade, a diversidade que quebra a unidade, a matéria oposta à forma, a desordem que resiste à ordem. A mulher é, assim, votada ao Mal. "Há um princípio bom que criou a ordem, a luz, o homem; e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher", diz Pitágoras.

As leis de Manu definem-na como um ser vil que convém manter escravizado. O Levítico assimila-a aos animais de carga que o patriarca possui. As leis de Sólon não lhe conferem nenhum direito. O código romano coloca-a sob tutela e proclama lhe a "imbecilidade". O direito canônico considera-a a "porta do Diabo". O Corão trata-a com o mais absoluto desprezo. (BEAUVOIR, 1960: 116)

E complementa:

> "O homem não foi tirado da mulher e sim a mulher do homem; e o homem não foi criado para a mulher e sim esta para o homem." E alhures: "Assim como a Igreja é submetida a Cristo, em todas as coisas submetam-se as mulheres a seus maridos". Numa religião em que a carne é maldita, a mulher se apresenta como a mais temível tentação do demônio. Tertuliano escreve: "Mulher, és a porta do diabo. Persuadiste aquele que o diabo não ousava atacar de frente. É por tua causa que o filho de Deus teve de morrer; deverias andar sempre vestida de luto e de andrajos". E Santo Ambrósio: "Adão foi induzido ao pecado por Eva e não Eva por Adão, Ê justo que a mulher aceite como soberano aquele que ela conduziu ao pecado". E São João Crisóstomo: "Em meio a todos

> os animais selvagens não se encontra nenhum mais nocivo do que a mulher". (BEAUVOIR, 1960: 134)

Gebara (GEBARA, 2017: 299) salienta a existência de dois pontos específicos dessa Teologia Feminista que brota dos movimentos de mulheres de fé na América Latina, os quais são: a Teologia Feminista latina se desenvolve à margem das instituições religiosas; e a maioria das teólogas feministas latino-americanas alia sua produção intelectual a uma militância nos movimentos sociais. Sobre esse aspecto, o teólogo Francisco Taborda salienta que a América Latina vem com essa contribuição inovadora sobre a Teologia Feminista europeia na medida em que dá centralidade à leitura popular da Bíblia e às vivencias das mulheres do meio popular, como deixa explicito no seguinte trecho:

> "Outra contribuição latino-americana à TF do Primeiro Mundo poderia ser a centralidade que se atribui à Bíblia na teologia latino-americana feita "na ótica da mulher". Centralidade que provém exatamente do contato dessa teologia com a experiência da mulher das classes populares que aprenderam a ler a Bíblia na vida de suas comunidades de base e a ler a vida à luz da Bíblia. As teólogas da América Latina, em sua caminhada comum, estão descobrindo uma hermenêutica bíblica na ótica da mulher que marca sua teologia com uma grande proximidade e respeito pela Palavra de Deus e ao mesmo tempo com não menor originalidade na interpretação, feita na suspeita (bem fundada) de que a Bíblia tem sido tradicionalmente lida em perspectiva androcêntrica." (TABORDA, 1990: 336 / 337)

Tentando compreender melhor a importância e abrangência da Teologia Feminista faz-se necessário falar um pouco sobre como ela nasce e se consolida dentro das religiões monoteístas e patriarcais. Segundo a socióloga Maria do Rosado-Nunes,

> "as análises feministas da religião tiveram início com o desenvolvimento de uma crítica interna à religião, feita por mulheres adeptas e praticantes da fé cristã. Assim, é enquanto movimento social inspirador de práticas de resistência à situação de sujeição das mulheres que o Feminismo atua, de início, no campo religioso. Já no século XIX, surge a primeira elaboração feminista

> de interpretação do texto bíblico, feita por mulheres especialistas na área. Elisabeth Cady Stanton publica, entre 1895 e 1898, nos Estados Unidos, um projeto coletivo de revisão e de reinterpretação da Bíblia. Esse trabalho, publicado sob o título The Woman's Bible, é considerado o ponto de partida de um longo e fragmentado processo que levará, no final dos anos 60 do século XX, à constituição de uma Teologia Feminista, em concomitância com o surgimento da Teologia da Libertação. (ROSADO, 1992: 81).

Segundo Tobardo, a Teologia Feminista pode ser dividida em três fases. O ano de 1854 é entendido como o marco fundante do movimento com a realização da Primeira Convenção Americana pelos Direitos da Mulher, na Philadelphia, surgindo desse encontro o projeto da Woman's Bible que será cpmncluida e publicada no ano de 1895. De acordo com Taborda, "preside a interpretação bíblica da Woman's Bible um pressuposto hermenêutico básico: sendo a Bíblia expressão de uma sociedade e cultura patriarcais, é preciso despatriarcalizar sua interpretação." (TABORDA, 1990, p. 329). Como continuação desse movimento tem-se na Grã- Bretanha, em 1911, a fundação da "Aliança Internacional Joana d'Arc ", que tinha como objetivo a igualdade ampla para as mulheres. Tendo como lema: "Pedi a Deus: Ela vos ouvirá! ". Já nesse lema se podia compreender a radicalidade do movimento, usando o pronome pessoal feminino para Deus com o objetivo de descontruir sua imagem masculina. Abrindo, assim, um precioso debate da relativização de um gênero para Deus, o qual deveria ser representante de todos os gêneros.

A segunda fase desse movimento se inicia em 1950 com a discussão em torno à ordenação de mulheres. Sendo o resultado bastante positivo dentro das principais denominações protestantes, que entre 1956 e 1965 admitem a ordenação de mulheres. Já a terceira fase desse movimento surge entre as décadas de 1960 e 1970, sendo agora de fato o nascimento dessa Teologia Feminista que se tem até os dias atuais e que floresceu no Brasil a partir das experiências das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais Sociais agindo juntamente com a Teologia da Libertação.

Esse movimento tinha (tem) como proposições, portanto, uma crítica aos conteúdos tradicionais da fé: o monoteísmo; a imagem masculina da divindade; a figura submissa e virginal de Maria; as interpretações sexistas dos textos sagrados; assim como a ideia de uma verdade religiosa absoluta, a existência de um só caminho e método de existência possível que leve a redenção. (ROSADO, 2001: 84) Segundo Taborda, a Teologia Feminista é uma teologia engajada, que não

tem a falsa pretensão de ser neutra como a teologia clássica, já que tem seus pés fincados nos ideais emancipatórios para todos e todas. Esta visa "a conscientização de homens e mulheres da opressão sexista, androcêntrica [...] A partir desse engajamento, obriga a teologia a abandonar sua pseudo-objetividade e a tornar-se partidária da marginalizada." (TABORDA, 1990: 332).

Nesse período, as leigas começavam a ter realmente espaço de voz e ação e não somente de um serviço submisso aos ditames das lideranças religiosas masculinas. As agentes das Pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base começavam a reinventar a Teologia da Libertação através de sua pratica de fé ligada mais profundamente à emancipação das mulheres social e politicamente marginalizadas, tanto dentro como fora do ambiente eclesial, formando-se assim as bases para a Teologia Feminista no país, como Michael Lowy salienta:

> "Nas áreas urbanas, as CEBs são, em uma grande maioria, organizações de mulheres – em São Paulo, por exemplo, segundo pesquisas recentes, as mulheres compreendem mais que 60 por cento dos participantes. Graças a essa participação, muitas das mulheres conseguem "entrar para o campo da política com base em sua posição de classe e interesses do gênero naquela classe". A feminização do movimento é fortalecida pelo fato de que a maioria das agentes pastorais que ajudam a organizar as CEBs nas áreas urbanas populares são mulheres das ordens religiosas femininas." (LOWY, 2016: 95)

Essa atuação mais efetiva e igualitária nessa comunidade pode se ver na fala de Sebastião sobre a mudança da agente Rita Araújo (mais conhecida como 'Tia Rita") para uma casa no Farol do Mucuripe para viver próxima as prostitutas. Percebe-se também nessa ação os ideais românticos protagonizados muitas vezes pelos partidos de esquerda das décadas de 1960 e 1970 no Brasil que reivindicava que sua militância vivesse junto com os(as) marginalizados(as), com a classe trabalhadora, operários(as) nas cidades e camponeses no interior, para se formar um verdadeiro militante revolucionário, embrião do novo homem e da nova mulher. A agente Pastoral Rita seguiu essa linha de atuação que vinha tanto da esquerda partidária como da esquerda do campo religioso progressista encarnada nas Comunidades Eclesiais de Base:

> "morou dois anos no Farol. Ela morava aqui na Silva Paulet [famosa rua de um bairro nobre da cidade] e ela se mudou, alugou

> uma casinha lá no farol, lá no Serviluz. E morou por dois anos lá, residência fixa."[17]

O movimento de mulheres de fé ajudou nos avanços das ações dos grupos feministas no Brasil, evitando uma repressão mais forte a este, a partir de seu discurso mais conciliatório, apesar de sua práxis já bastante libertária. Essa articulação entre o Feminismo de Segunda Onda e a Teologia Feminista trouxe um fortalecimento ao movimento de mulheres como um todo no Brasil, assim como à luta contra o regime ditatorial, como explica Gabriela Marque:

> "Convém então destacar que em 1975, sob o patrocínio da Cúria Metropolitana e da ONU, reuniram-se grupos de mulheres no evento que se intitulou "Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista", realizado na Câmara Municipal de São Paulo. Este contexto certamente tornou a crítica feminista à Igreja Católica no Brasil bem menos contundente, pois a igreja fazia um tipo de ponte entre as feministas e o chamado movimento de mulheres. Não podemos esquecer que toda essa movimentação estava sob a égide da repressão e que os movimentos sociais não tinham condições de agir livremente para conquistar seus ideais; entendemos, portanto, como fundamental para o feminismo a "proteção" exercida pela igreja naquele momento." (MARQUE, 201: 200)

A formação e ação do "Movimento Feminino Pela Anistia" (MFPA) é um dos exemplos mais emblemático dessa articulação entre os movimentos, tendo este importante papel na mobilização pela anistia no pais, assim como na organização de mulheres de diferentes setores da sociedade para a luta. O MFPA foi fundado por Therezinha de Godoy Zerbini e mais outras dez mulheres de classe média, em São Paulo, e foi se difundindo pelo Brasil. Sendo a sua primeira ação a elaboração do seguinte manifesto:

> "Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque nós nos antepomos aos destinos

17 - ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

> da nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação" (DUARTE, 2011: 245).

Vê-se nesse manifesto uma clara tentativa de conciliação pelo discurso da "mãe, a guardiã do lar" para uma ação mais ousada por dentro dos mecanismos do próprio sistema de repressão, já que partindo dos seus modelos pré-estabelecidos, como explica a historiadora Ana Rita Duarte:

> "As mulheres passaram a atuar utilizando, consciente ou inconscientemente, as representações tradicionais de uma ideologia centrada na família que caracterizaria os regimes reacionários no Ocidente do século XX, com objetivo de interferir na dinâmica ditatorial [...]"Jogavam com o gênero, interpretando o mito da guardiã do lar, com suas características de fragilidade, emotividade, sua ignorância política – já que naquele primeiro momento o mito da "virgindade política" também era uma importante estratégia de defesa, abertamente utilizada pelas madres. Sua força, segundo Capdevila, repousa justamente sobre essa atitude de confundir as outras facetas de sua identidade: mulheres corajosas, determinadas, animadas por um pensamento político, sobre as quais desliza o estereótipo do feminino doméstico." (DUARTE, 2011: 234 / 240)

Segundo Duarte, como mecanismo de proteção e amparo legal o MFPA faz o seu estatuto no modelo do Estatuto das "marchadeiras", grupo conservador de mulheres já citado anteriormente. O Estatuto do MFPA traz, portanto, como objetivos do Movimento:

> a) "Defender e dar apoio e solidariedade a todos aqueles que foram atingidos nos seus direitos de homem e de cidadania, assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos subscrita pelo nosso país e lutar pela anistia ampla e geral, visando à pacificação da família brasileira;

> b) Promover a elevação cultural, social e cívica da mulher, através de cursos, palestras e atuação no desenvolvimento de sua consciência social e cívica, alertando-a e orientando-a para a compreensão de suas responsabilidades perante a sociedade e integração da família na comunhão social, sempre dentro dos ideais democráticos".[18]

O Ceará foi o terceiro estado onde o MFPA foi fundado, sendo que as militantes cearenses já se articulavam desde antes da fundação com a Therezinha Zerbini e as demais companheiras de São Paulo, participando, portanto de sua idealização, como fica claro no depoimento de Rosa da Fonseca, ex-militante do MFPA:

> "A gente começou a ideia de organizar o movimento da anistia. Teve em 75 o Congresso Internacional das Mulheres. Foi no México, o Ano Internacional da Mulher. A Wânia Cysne foi daqui, a Therezinha Zerbini lá de São Paulo. E a Therezinha Zerbini já lançou a ideia no Congresso Internacional da Mulher, criou um núcleo em São Paulo. Em seguida, eu acho que foi Belo Horizonte e aqui foi o terceiro. E a partir daí, se constitui o que a gente chama de núcleo da anistia que era justamente o pessoal que se reunia, digamos assim, clandestinamente. Era eu, a Maria Luíza, a Socorro Saldanha, a Raimunda Zélia, a Cristina, minha irmã, a Ercília Borges... (...). Aí, pronto. A gente traçou toda uma estratégia de como deveríamos fazer, foi essa ideia de procurar os familiares dos presos políticos, a ideia de procurar a Nildes, que era irmã do Frei Tito."[19]

O MPFA era muito forte e engajado no Ceará, sendo uma grande parte do grupo composta por agentes de diferentes pastorais sociais, dentre elas o "Ninho Cearense", como a alfabetizadora Nildes de Alencar (irmã do Frei Tito de Alencar morto pela Ditadura) que tanto era agente do Ninho como a presidente do

[18]Movimento Feminino pela Anistia. *Estatutos do Movimento Feminino pela Anistia*.

[19]FONSECA, Rosa Maria Ferreira da, 57 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. IN: DUARTE, Ana Rita F. **Jogos da Memória: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979).** Fortaleza: INESP, UFC, 2012, p. 131.

MFPA no estado. E também uma das fundadoras do Ninho, a agente pastoral Rita de Araújo:

> "T.A.– Ela fazia parte do Movimento Feminino Pela Anistia?
> S.A. - Fazia sim. Ela era muito atuante. Ela era muito amiga da Dolores do Movimento Operário, muito miga da Maria Luiza, da Rosa da Fonseca."[20]

De acordo com Duarte (DUARTE, 2012, p. 175, 176), essa relação do Movimento com a Igreja no Ceará era facilitada tanto por conta da presença no Movimento de agentes de várias pastorais sociais como pela presença de Dom Aloísio Lorscheider que estava no período à frente da Arquidiocese de Fortaleza, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Sendo, portanto um dos expoentes da Igreja progressista no Brasil, sua presença nas ações do MFPA facilitava os trâmites das famílias de presos junto às autoridades do Estado, dando mais legitimidade as ações.

Vê-se, portanto, em cada ação do MFPA no Ceará a importância do seu atrelamento com os setores progressistas da Igreja tanto à nível estadual como nacional, assim como a relevância dessas mulheres de fé na aquisição de força social para o Movimento. Era um Movimento conjunto entre leigas, grupos feministas e mulheres organizadas em partidos de esquerda na atuação pela causa da Anistia, pela democracia. E nesse movimento elas iam se formando nos ideais e na pratica libertária através das ações conjuntas e concretas.

Considerações Finais

Este artigo pretendeu trazer para o debate sobre o período ditatorial no Brasil, a questão da relação entre o nascimento de um Cristianismo no país com um viés libertário, voltado à causa dos pobres e suas ações e a resistências à Ditadura Civil-Militar e aos seus padrões dentro e fora do seio da Igreja, durante esse período tão conturbado de avanço violento do pensamento conservador e autoritário. Como afirma-se no Relatório da CNV como um de seus objetivos:

20 - ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

> "Importa reafirmar que o que este texto procura deixar nítido é que qualquer processo que intente reconstruir a memória e a verdade sobre esse momento da história do Brasil, em busca de justiça, não pode deixar de atentar para o papel das igrejas e das tantas cristãs e cristãos que empenharam suas vidas em favor da justiça e do direito no período." (BRASIL, 2014: 196)

Assim, como, essa análise também quis ressaltar o papel das mulheres na luta contra a repressão, sendo estas militantes de partidos de esquerda, feministas, religiosas ou prostitutas. Mostrou-se a importância da militância de vida dessas mulheres para traçar caminhos de liberdade para o país, para as mulheres que estavam por vir.

E ao se falar da prostituta aqui, propõe-se uma abertura do olhar pra além da figura da militante universitária que lutou contra o regime seja panfletando, seja nas ações armadas, para ir em direção aos setores mais marginalizados alvos dessa perseguição, que ainda hoje são invisibilizados como importantes agentes na luta por ideais democráticos, na luta por cidadania plena. Propõe-se, então, que a narrativa da luta diária de vida dessas mulheres durante o regime de exceção, a sua (re)existência à margem não seja um fator de mais silenciamento através da simples vitimização, mas sim de entendimento dessas mulheres como agentes de sua própria história. Assim como afirma Andreia Skackauskas:

"não pretendo simplificar a percepção das prostitutas e classificá-las como mulheres como quaisquer outras, mas, antes, persistir na ideia de que são mulheres que optaram por uma atividade laboral exotizada e estigmatizada, convertidas em "outras" por outros, e que precisam ser respeitadas e complexificadas e não simplificadas. Acima de tudo, é preciso, como assinala Adriana Piscitelli, "desdramatizar a prostituta" (SKACKAUSKAS, 2014: 288)

Portanto, diante do domínio e da subjugação das mulheres em diversos períodos e sociedades, demonstra-se aqui a necessidade de uma profunda análise e reflexão sobre sua história, sobre os vestígios de sua resistência, na maior parte das vezes, subterrânea, secreta, simbólica, de seu discurso oculto e também dos seus embates declarados, de suas conquistas, de seu modo de viver em sociedade, como nos lembra James Scott[21] em sua obra. Pois que, segundo Simone de Beauvoir, "se a História revela-nos tão pequeno número de gênios femininos é porque

[21]SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos.** Letra Livre, Lisboa, 2013.

a sociedade as priva de quaisquer meios de expressão." Por isso Carla Pinsky, no prefácio de Minha História das Mulheres de Michelle Perrot, afirma que:

"O momento agora é de fazer com que um público mais amplo tenha acesso às descobertas dos historiadores. A história precisa sair das universidades e ganhar as ruas. A história das mulheres deve ser discutida nos salões de beleza, nos almoços de família, nas mesas de bar, nos ambientes de trabalho; deve estar presente nas escolas, nas TV´s e rádios brasileiras, no judiciário e no legislativo, assim como na elaboração de políticas públicas". (PINSKY apud PERROT, 2007: 11).

Recebido em 27 de janeiro de 2020
Aprovado em 15 de fevereiro de 2020

FONTES

Fichas de Matrícula do Ninho Cearense (1968 – 1985);

Prontuários de Visita do Ninho Cearense (1966 -1985).

Correspondência:

Correspondência ao longo da década de 1960, 1970 e 1980 entre os diversos núcleos da PMM pelo Brasil; entre a PMM e outras Pastorais, ONG´S e movimentos sociais; e entre o Ninho Cearense e o Movimento Ninho francês.

Publicações:

Boletim Mulher Libertação – 1970 - 1985

PIRES, Dom José Maria. **O Grito de Milhões de Escravas: A cumplicidade do silêncio.** Vozes: Petrópolis, 1983.

ZERBINE, Therezinha. **Anistia: semente da liberdade.** São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979.

Relatórios:

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório; v. 1.** Brasília: CNV, 2014.

_____. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório; v. 2: textos temáticos.** Brasília: CNV, 2014.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Relatório do Grupo do Tema 25.** Campo Psicossocial – A Família, 1975b.

Periódicos:

Correio da Manhã - Rio de Janeiro - RJ (1968)

O Globo - Rio de Janeiro - RJ (2013)

O Nordeste – Fortaleza – CE (1963 – 1967)

Entrevistas:

ALBUQUERQUE, Terezinha Casimiro. Entrevista [03 out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

BRANDÃO, Miguel. Entrevista [28 set. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

LIMA, Nildes de Alencar. Entrevista [13 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

RODRIGUES, Leonardo. Entrevista [1º out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

RODRIGUES, Lúcia. Entrevista [1º out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

Bibliografia

BACELAR, Jeferson Afonso**. A Família da Prostituta.** São Paulo: Ática, 1992.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.

BENEDETTI, Marcos Renato; FÁBREGAS-MARTINEZ, Ana Isabel. **Na Batalha: Identidade, Sexualidade e Poder no Universo da Prostituição.** Porto Alegre: Dacasa, 2000.

BETTO, Frei. **Fidel e a religião: conversas com Frei Betto.** São Paulo: Fontanar, 2016.

BEZERRA, Paulo César Gomes. **A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980)**. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2010.

BEZERRA, Viviane Prado. **Porque se nóis** não agir o puder num sabe que **nois isisti nu mundo: MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960 – 1980).** Sobral: ECOA, 2014.

BOFF. Leonardo. **E a Igreja se fez Povo: Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório; v. 1.** Brasília: CNV, 2014.

_____. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório; v. 2: textos temáticos.** Brasília: CNV, 2014.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Homens e Mulheres Contra o Inimigo:** A Mobilização do Gênero pela Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

_____. **Jogos da Memória**: O Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

FICO, Carlos. **"Prezada Censura": cartas ao regime militar**. **Topoi,** Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 251-286.

FRAGOSO, Dom Antônio B. **Mulher Marginalizada: Diabo ou Anjo? Em busca da Pastoral da Mulher Marginalizada.** In: PIRES, Dom José Maria. O Grito de Milhões de Escravas: A cumplicidade do silêncio. Vozes: Petrópolis, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 25 ª ed. (1ª edición: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FROTA, Helena; NOTTINGHAM, Priscila. O Brasil na Rota do Tráfico de Escravas Brancas: Entre a Prostituição Voluntária e a Exploração de mulheres na Belle Époque. **SINAIS– Revista Eletrônica.** Ciências Sociais. Vitória, v 11, n.11, junho. 2012.

GEBARA, Ivone. **Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos: Antologia de textos.** São Paulo: Nhanduti, 2010.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História &... Gênero.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUEDES, Mardônio Silva. Pelas ruas e pensões: o meretrício em Fortaleza (1930 – 1940). In: **Gênero.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 53-79.

GUTIÉRREZ, Gustavo**. Teologia da Libertação. Perspectivas**. 9ª ed.Petrópolis: Vozes, 2000.

HUNT, Mary E. Recursos teológicos feministas para uma justiça sexual e de gênero. IN: JURKEWICZ, Regina Soares (Org.). **Entre Dogmas e Direitos: Religião e Sexualidade.** Jundiaí: Maxprint, 2017.

JOFFILY, Mariana. **Os Nunca Más No Cone Sul:** gênero e repressão política (1984-1991). In: PEDRO, J.; WOLFF, C.; e VEIGA, A. (org.) Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

LEITE, Gabriela Silva. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MARQUE, Gabriela Miranda. **Movimentos Feministas e Igreja Católica**: uma análise comparativa de periódicos. In: PEDRO, J.; WOLFF, C.; e VEIGA, A. (org.) Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010

_____. O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho. In: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012, v. , p. 238-259.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

_____. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

PINHO, Érika Bezerra de Meneses. **"O tempo bom do farol": transgressão, sociabilidade e afeto nas trajetórias de ex-prostitutas idosas.** Dissertação de mestrado, UFC, 2012.

PIRES, Dom José Maria. **O Grito de Milhões de Escravas. A cumplicidade do silêncio**. Vozes: Petrópolis, 1983.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: Reforma Urbana e Controle Social – 1860-1930.** Demócrito do Rocha: Fortaleza, 2014.

PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

QUALLS-COBERT, Nancy. **A Prostituta Sagrada: a face eterna do feminino**. São Paulo: PAULUS, 1990.

RAGO, Luzia Margareth**. Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil (1890 – 1930).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo:(1890 – 1930).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REIS FILHO, Daniel Aarão. D**itadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROHNER, Teodoro Helmut. **Prostituição e Libertação da Mulher Pastoral da mulher marginalizada: subsídios para formação de agentes**. Vozes: Petrópolis, 1987.

ROSADO NUNES, Maria José F. De mulheres e de deuses. **Estudos feministas**, vol. 0, nº 0, CIEC/ECO/UFRG, 1992.

_____. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. **Cadernos Pagu** (16) 2001: pp.79-96.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **Gênero, Patriarcado, Violência.** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALINAS-GOLDBERG, Anette. Estratégias das Mulheres nos Movimentos e Interesse dos Homens no Poder. **Revista semestral de Sociologia: Sociedade e Estado,** Volume XII, número 2, julho-dezembro, 1997.

SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos.** Letra Livre, Lisboa, 2013.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **Vigilantes da moral e dos bons costumes:** condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018 | www.revistatopoi.org

SKACKAUSKAS, Andreia. **Prostituição, gênero e direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada.** 2014. 313 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281090>. Acesso em: 24 ago. 2018.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica.** São Paulo: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência. Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920).** Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1989.

_____. **O corpo feminino como lugar de violência.** Projeto História, n°25, São Paulo: educ Editora da PUC-SP, dez/2002, p. 269-289.

SOUSA, Francisca Ilnar de. **O Cliente: O Outro Lado da Prostituição.** Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

TABORDA, Francisco. **FEMINISMO E TEOLOGIA FEMINISTA NO PRIMEIRO MUNDO:** Breve panorâmica para uma primeira informação. ferjp.reo/. 22 (1990) 311-337

TOLDY, Teresa Martinho. A violência e o poder da(s) palavra(s): A religião cristã e as mulheres. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 89 | 2010, URL: http://journals.openedition.org/rccs/3761

TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres.** Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

ZERBINE, Therezinha Godoy. **Anistia: semente da liberdade.** São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979.